PRODUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DISCIPLINAR: O POLICIAMENTO ESCOLAR DA CIPOE

PRODUCTION OF A DISCIPLINARY TERRITORY: CIPOE'S SCHOOL POLICE

PRODUCCIÓN DE UN TERRITORIO DISCIPLINARIO: LA POLICÍA ESCOLAR DE LA CIPOE

LEILDO DIAS SILVA
Secretaria de Estado da Educação do Pará.
E-mail: leildodias89@gmail.com

ALDO LUIZ FERNANDES SOUZA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Belém/PA.
E-mail: aldofernand3@yahoo.com.br

Resumo: O policiamento escolar, para muitos, ainda soa com estranheza. Apesar de isso já ser realidade nas escolas de Belém, Ananindeua e Marituba (Pará), há poucas pesquisas sobre o tema. Esta pesquisa tem como tema o policiamento escolar, com recorte para as Rondas Escolares Ordinárias (REOs), entre os anos de 2015 e 2016, nas cidades de Belém, Ananindeua e Marituba. Objetivamos analisar como se dá a produção do território do policiamento escolar, sobretudo por meio das REOs efetuadas pela Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE). A metodologia que adotamos foi: 1) revisão de literatura especializada; 2) trabalhos de campos; 3) tabulação dos dados e 4) interpretação e análise dos dados. Como conclusões, podemos afirmar que há produção de um território do policiamento escolar e que, para isso, são utilizadas diversas estratégias/práticas, com ênfase nas práticas de poder disciplinar.

Palavras-chave: rondas escolares ordinárias, território, escola, disciplina.

Abstract: School policing still sounds strange to many. However, this is already reality in schools in Belém, Ananindeua and Marituba in Pará there are little research on this topic. The theme of this research is school policing, with a focus on Rondas Escolares Ordinarias between the years 2015 and 2016 in the cities of Belém, Ananindeua and Marituba. We aim to analyze how the school policing territory is produced through, above all, Ordinary School Rounds carried out by the Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE). The methodology we adopted was: 1) review of specialized literature; 2) fieldwork; 3) data tabulation; 4) interpretation and analysis of such data. As conclusions, we can affirm that there is a construction of a school policing territory and for that, several strategies/practices are used, with emphasis, in the disciplinary power practices.

Keywords: ordinary school rounds, territory, school, discipline.

Resumen: La vigilancia escolar todavía suena extraña para muchos. Sin embargo, esto ya es cierto en las escuelas de Belém, Ananindeua y Marituba (Pará) y con poca investigación sobre este tema. El tema de esta investigación es la vigilancia escolar, con énfasis en las Rondas Escolares Ordinarias entre los años 2015 y 2016 en las ciudades de Belém, Ananindeua y Marituba. Nuestro objetivo es analizar cómo se produce el territorio de vigilancia escolar a través de, sobre todo, las Rondas Escolares Ordinarias llevadas a cabo por la Companhia Independente de Policiamento Escolar – CIPOE (Guardia Independiente de Vigilancia Escolar). La metodología que adoptamos fue: 1) revisión de literatura especializada; 2) trabajo de campo; 3) tabulación de datos; 4) interpretación y análisis de dichos datos. Como conclusiones, podemos afirmar que hay una construcción de un territorio de vigilancia escolar y para eso, se utilizan varias estrategias/prácticas, con énfasis en las prácticas de poder disciplinario.

Palabras clave: rondas escolares ordinárias, territorio, escuela, disciplina.

Introdução[1]

O policiamento escolar é um exemplo do refinamento dos mecanismos disciplinar e de controle da sociedade brasileira, e seus efeitos não agem somente sobre a escola, mas também sobre a sociedade. Todavia, o policiamento escolar ainda pode soar com estranheza a muitos cidadãos. Mas, o fato é que ele acontece e tem-se uma escassez imensa de pesquisa sobre esse tema, que passa despercebido, inclusive, por pesquisadores das áreas de educação e de segurança pública.

Queremos, logo de início, informar o leitor de que o policiamento escolar na Grande Belém é efetuado pela Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE), ligada à Polícia Militar (PM) do estado do Pará. Segundo o Decreto nº 1.625, de 18 de outubro de 2016, em seu artigo 259, "[...] compete à CIPOE, no que couber, executar as atividades constantes do art. 211 deste Regulamento, bem como executar policiamento ostensivo fardado nas escolas públicas estaduais e municipais." (PARÁ, 2016, p. 52). Acerca das competências do artigo 211 do referido decreto, Dias Silva pontua:

> Dentre essas [competências], estão o policiamento ostensivo, administração da Unidade, atualização da carta da área de sua atuação, bem com a análise criminal e o georreferenciamento da área de sua circunscrição, elaboração do plano de atuação em sua área, empenho na valorização do esforço comunitário, estabelecimento de rotina e procedimentos de atuação no seu campo de ação,

[1] O presente artigo é fruto das atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisas: 1) Defesa, Fronteira e Políticas Públicas, vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e 2) Saberes Geográficos: diálogos entre ensino, pesquisa e extensão, na linha de pesquisa Cidade, Violência e Escola, vinculado ao curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Belém.

> execução do policiamento fardado em diversos campos, dentre estes nas escolas pela CIPOE, prevenção e repressão para manter a ordem (DIAS SILVA, 2020, p. 64).

A atuação dessa companhia se limita, praticamente, às cidades de Belém, Ananindeua e Marituba,[2] no Pará, dentro e no entorno das escolas estaduais e municipais. Seu objetivo é "preservar a ordem", podendo, inclusive, haver repressão para que esse seja alcançado.

Dito isso, enfatizamos que, nesta pesquisa, temos como foco a CIPOE, mas fazendo o recorte para apenas uma de suas atividades, talvez sua principal, que é a Ronda Ordinária Escolar (REO) nos anos de 2015 e 2016. Nesse período, foram realizadas cerca de 21 mil rondas escolares nos municípios aqui estudados. Nosso objetivo foi analisar a produção do território do policiamento escolar, por meio do ator sintagmático CIPOE, nos anos citados. Todavia, entendemos que as demais atividades também sejam importantes e desempenhem papéis centrais para o funcionamento da companhia.

Para que alcançássemos esse objetivo, empregamos a seguinte metodologia: primeiro, como de praxe, procedeu-se à revisão de uma literatura que pudesse nos dar suporte no entendimento de como a CIPOE produz o seu território. Nesse ponto, tivemos que lidar com o desafio da quase completa ausência de bibliografia específica sobre a CIPOE. Para enfrentar esse desafio, buscamos suporte em autores que problematizam a categoria "território" ou temas relacionados e, assim, aproximamo-nos das reflexões de Raffestin (1993; 2008; 2012), Saquet (2006; 2008; 2013), Souza (1995; 2008; 2013) e Foucault (2004[1979]; 2008).

[2] As cidades de Belém, Ananindeua e Marituba, no Pará, formam uma conurbação e pertencem à Região Metropolitana de Belém.

Em segundo lugar, realizamos trabalhos de campo junto à companhia, por meio dos quais tivemos acesso às planilhas de realização das rondas escolares e ao Plano de Gestão CIPOE 2016–2018. Também realizamos algumas entrevistas com agentes da CIPOE, as quais ampliam as reflexões aqui propostas.

Em terceiro lugar, tabulamos os dados e elaboramos tabelas e mapas, os quais sintetizaram os dados constantes em planilhas com cerca de mil páginas. Para a elaboração dos mapas, usamos o *software* especializado para tal: o *ArcGIS,* versão 10.3.1. Por fim, interpretamos esses dados, já tabulados e mapeados, mediante a teoria que tomamos como suporte.

Além desta introdução, este artigo apresenta as seguintes seções: Poder: território, territorialidade e disciplina; A CIPOE em cena: ações e estratégias na produção do território do policiamento escolar e Conclusões.

Poder: território, territorialidade e disciplina

Neste trabalho, em função do nosso objeto de estudo — a CIPOE, uma política de segurança pública do estado do Pará ligada à PM e, portanto, uma política executada pelo Estado — fizemos algumas escolhas teóricas e metodológicas necessárias e que fossem coerentes com a problemática analisada, qual seja, a relação entre as REOs e a territorialidade da CIPOE em alguns municípios da Região Metropolitana de Belém.

A respeito de território e territorialidade, tem-se como suporte teórico/metodológico Raffestin (1993; 2008; 2012), Saquet

(2006, 2008; 2013)[3] e Souza (1995; 2008; 2013).[4] Também iremos nos aproximar das reflexões promovidas por Foucault (2004[1979]; 2008) acerca da categoria "disciplina" para entender a atuação da CIPOE e ampliar as reflexões sobre essa companhia.

Entendemos que há outras linhas de interpretações de território e territorialidade, as quais têm grande relevância na Ciência Geográfica. A escolha de Raffestin (1993; 2008; 2012) se deu em função da contribuição que esse autor nos oferece sobre a produção territorial e o sistema territorial. De tal modo, compreendemos que sua análise sobre esses conceitos seja viável (com as ressalvas e adaptações necessárias) à reflexão acerca da produção e do sistema territorial da CIPOE, uma companhia que consiste no principal ator (sintagmático) na produção do território do policiamento escolar.

Em nossa leitura, os autores citados anteriormente têm em comum o conceito de "poder", sobretudo aquele teorizado por Foucault. Logicamente, eles não concordam plenamente com as abordagens de poder foucaultiana; contudo, as tomam como base para entender as relações e delegações de poder para além do Estado e de suas instituições. O foco desses autores está, também, no poder capilarizado, ou seja, nas suas extremidades.

Sobre os trabalhos de Foucault, tomamos como base alguns textos dos livros *Microfísica do Poder* (2004 [1979]) e *Segurança, território e população* (2008), com ênfase, em ambos os livros, nos conceitos de poder e disciplina. Além desses, o conceito de "polícia"

[3] Estamos cientes de que Saquet (2006; 2008; 2013) difere de Raffestin quanto à concepção de espaço. Saquet diz que concorda com os trabalhos de Lefebvre, o qual toma o espaço como uma construção social e histórica.

[4] Nesta pesquisa, nos interessa a dimensão política do território em Souza (1995; 2008; 2013). Contudo, compreendemos que sua construção acerca do território vai além da dimensão política. É, também, econômica, cultural, imaterial/material.

também é importante em seu processo histórico de constituição de sentido e significados, pois, entendemos que a CIPOE tem, como uma de suas práticas ou territorialidades, o exercício do poder por meio da disciplina.

Outros autores também serão mobilizados para ampliar as reflexões propostas neste artigo. São discussões pontuais a partir de alguns pesquisadores que problematizam questões como (in)segurança, violência e policiamento, as quais nos ajudam a ampliar o debate aqui proposto.

Acerca do território, aqui nos interessa sua dimensão política, trabalhada nos autores já citados. Logo de início, queremos demarcar que, entre os autores que discutiram território, a centralidade foi dada às pesquisas de Raffestin (1993; 2008; 2012), cuja dimensão política do seu conceito de território é enfatizada por Saquet (2006, p. 72): "Raffestin destaca o caráter político do território. Após fazer uma reflexão crítica sobre concepções de poder centradas na atuação do Estado, propugna, tendo como uma de suas principais referências Michel Foucault, em favor de distintas variantes do poder [...]."

Explicitado isso, centremos a atenção nos conceitos de território e territorialidade, discutidos por Raffestin:

> O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator "territorializa" o espaço. O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, releva relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 128).

Por meio das reflexões teóricas citadas, podemos estabelecer algumas aproximações com nosso objeto de análise. Nesse sentido, entendemos que a CIPOE, ao planejar e executar suas ações sobre um dado espaço, configura-se como um ator sintagmático,[5] ou seja, tem suas ações guiadas por um programa e, nesse processo, produz território. A escala de produção desse território é o espaço que compreende as cidades de Belém, Ananindeua e Marituba. A CIPOE se apropria desse espaço já produzido, projetando trabalho (energia e informação) por meio das rondas escolares, do atendimento de ocorrência em ambiente escolar, da produção de planos de segurança escolar e das operações especiais (por exemplo, as operações "voltas às aulas" e "raio escolar"). Entendemos que essas ações da companhia se constituem em relações de poder, das quais resultam a produção de territórios de disciplinamento e controle.

O território,[6] como se sabe, resulta das práticas sociais ou é mantido por elas, o que, na Geografia, é denominado "territorialidade". Sobre esse conceito, que é fundamental ao estudo que aqui é feito, concordamos com os encaminhamentos de Raffestin (1993; 2008; 2012), Souza (2008) e Saquet (2006; 2008; 2013). A respeito da territorialidade, Raffestin afirma que:

[5] Raffestin (1993, p. 40) aponta e diferencia dois tipos de atores coletivos. "Aqueles que realizam um programa e que Greimas chama sintagmáticos e aqueles que surgem de uma classificação, de uma repartição, sem integração num processo programado e que o mesmo autor chama de paradigmáticos. E continua: os atores sintagmáticos manifestam, com precisão, a ideia de articulação e de processo. Por outro lado, os atores paradigmáticos não estão integrados em um mesmo programa, eles operam por critérios que os indivíduos têm comum. Exemplo, os habitantes da Itália e da Bélgica "[s]ão uma pluralidade de homens e mulheres que têm em comum o fato de estarem fixados numa porção de terra: a Itália, a Bélgica etc." (p. 41).

[6] Neste manuscrito, embora utilizando a interpretação e o uso do conceito de território em Raffestin (1993), nós não deixamos de considerar a importância do espaço para a compreensão do território. Críticas que Raffestin enfrenta por considerar o território como receptáculo, palco de ações.

> [...] territoriality is the ensemble of relations that humans maintain with exteriority and alterity, with the assistance of mediators, for the satisfaction of their needs, towards the end of attaining the greatest possible autonomy — that is, the capacity to have aleatory relations with their physical and social environment — taking into account the resources of the system.[7] (RAFFESTIN, 2012, p. 139).

Em relação à especificidade defendida por Raffestin (2012), é oportuno ressaltar que sua análise sugere que se compreenda a concepção conceitual de territorialidade não como algo dado, construído e consolidado, mas como uma construção viva, cambiante e em constante processo de reconstrução e ressignificação. Nesses termos, o autor defende a necessidade de inserir outro elemento, além do trabalho, que atualmente interfere com força e poder nas relações constitutivas do território: o dinheiro. Isso evidencia que a territorialidade é um processo e que, portanto, sofre mudanças e transformações. Não temos a pretensão de tomar essa nova concepção do autor, ou seja, colocar o dinheiro como elemento central na produção do território. Vamos, aqui, ficar com a definição anteriormente citada.

Saquet (2006; 2008; 2013) apresenta a seguinte definição para territorialidade:

> [...] territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc., resultado determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por

[7] [...] territorialidade é o conjunto de relações que os seres humanos mantêm com a exterioridade e alteridade, com a assistência de mediadores, para a satisfação de suas necessidades, no sentido de alcançar a maior autonomia possível — isto é, a capacidade de manter relações aleatórias com o ambiente físico e social — levando em consideração os recursos do sistema (RAFFESTIN, 2012, p. 139 Tradução Nossa).

> isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2013, p. 129).

De maneiras diferentes, ambos os autores apontam a territorialidade como um conjunto de relações sobre um dado território, e são essas relações, atividades ou práticas que criam ou mantêm tais territórios. Em outras palavras, a territorialidade pode ser entendida, *grosso modo*, como um conjunto variado de práticas cotidianas e ações que estão sujeitas a mudanças. Os autores que estudam/estudaram esse conceito apontam que a territorialidade tem caráter tanto material como imaterial.

Dito isso, a partir do que identificamos sobre o objeto em análise, é possível, em termos de elementos/variáveis, aproximarmo-nos das reflexões de Raffestin (2008; 2012) sobre a produção territorial de um dado ator. Para isso, esse autor forneceu os seguintes elementos para um modelo de representação da produção territorial:[8] A: ator (individual ou coletivo, homem ou coletividade) que combina diversos meios para realizar uma ação no ambiente inorgânico, orgânico e/ou social; L: trabalho à disposição do ator (o trabalho humano pode ser definido como uma combinação de energia e informação); M: mediadores materiais, instrumentos diversos e/ou imateriais, conhecimento e/ou algoritmos à disposição do ator; P: programa do ator, que é o conjunto das intenções realizáveis e dos objetivos ou metas; R: relação efetivada pelo ator com o ambiente geral; Sn: ambiente orgânico e/ou inorgânico; So: ambiente social; S: ambiente geral (Sn + So); T: território produzido pelo ator no

[8] Os elementos para um modelo de representação da produção territorial, em Raffestin (2008 e 2012), são similares (ou um avanço) àquilo que Raffestin (1993 [1980]) chamou de problemática relacional da produção do sistema territorial, com ênfase, sobretudo, nas relações de poder (relações sociais).

ambiente e Ta: conjunto das relações desenvolvidas pelo ator no território ou territorialidade (RAFFESTIN, 2008; 2012).

Esses elementos formam uma espécie de modelo territorial. Tal modelo é resumido por Raffestin da seguinte maneira (2012, p. 134):

A (L-M-P) ----------R----------S (Sn/So) = T/Ta

Raffestin (2008; 2012) avança na discussão acerca dos elementos para um modelo de representação da produção territorial. Contudo, queremos apenas experimentar, analiticamente, os elementos constituidores do conceito de território tematizado por Raffestin com os elementos identificados na instituição aqui pesquisada: a CIPOE. É oportuno ressaltar que se trata de uma aproximação por analogia, pois sabemos que os elementos aqui empregados exercem funções distintas daquelas desempenhadas pelos elementos usados e analisados pelo autor em tela.

Os elementos/variáveis que envolvem o nosso objeto de estudo (CIPOE) na produção territorial são A: a CIPOE, que se constitui como um ator sintagmático, embora existam muitos outros; L: as REOs, os Atendimentos de Ocorrências Escolares, a construção de Planos de Segurança Escolares etc.; M: os materiais usados e à disposição da companhia (viaturas, armamentos, computadores etc.); P: policiamento escolar, o qual se embasa em um planejamento que define os objetivos e as metas; R: as relações que o ator realiza e que são bastante amplas (relações de observações, registros, mapeamentos, mediação, estratificação, classificação, hierarquização etc.); S: as relações que a companhia tem com o ambiente natural e com o ambiente social (esses ambientes são as

cidades de Belém, Ananindeua e Marituba); T: a produção do território do policiamento escolar e Ta: as diversas práticas/atividades ou territorialidades que a CIPOE desenvolve com o ambiente e com os outros atores no território de sua atuação, que vão desde a mediação até a repressão.

Pela amplitude e complexidade que o tema envolve e requer, vamos, neste artigo, estudar apenas um dos trabalhos (atividades/práticas) que a CIPOE desenvolve no território de sua atuação: a REO. Iremos nos ocupar dos demais trabalhos (atividades/práticas) da companhia nos próximos artigos.

É oportuno dizer que os elementos do modelo de representação da produção territorial não são, em si, o sistema territorial, embora este seja, em alguma medida, resultado da produção do território mostrado no modelo anterior. O sistema territorial, em Raffestin (1993), apresenta três elementos ou "subconjuntos estruturais que sustentam a prática social" (p. 151), que são as tessituras/malhas (limites), os nós (pontos) e as redes (linhas).

De acordo com a discussão já apresentada, podemos dizer que, em termos analíticos, o Estado elabora um sistema territorial por meio da CIPOE. Esse sistema sustenta suas práticas sociais e, ao mesmo tempo, é fruto delas. A rigor, pode-se inferir que o sistema territorial da CIPOE (Estado) se apresenta como:

a) *malhas* — na Grande Belém, são as Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (RISPs), as Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISPs)[9], os

[9] A respeito das RISPs, AISPs e BPM consultar a Lei nº 7.584, de 28 de dezembro de 2011 que dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa, do Pará.

Batalhões de Polícia Militar (BPM) e os Setores Territoriais de Policiamento Escolar (STs)[10];

b) *nós* — correspondem aos centros de poder e decisões do policiamento escolar hierarquizados, como o Comando Geral de Polícia Militar do Pará, o Comando de Policiamento Especializado, a CIPOE, as delegacias de polícia, a Divisão de Atendimento ao Adolescente (DATA) etc.;

c) *redes* — são constituídas por linhas concretas e/ou abstratas que conectam os pontos dentro das tessituras; assim, pode-se inferir que a rede do policiamento escolar é constituída por CIPOE/PM/Estado, escolas, Centro Integrado de Operações (CIOp)[11], Secretaria de Estado da Educação do Pará (SEDUC) etc.

As REOs e os Atendimentos de Ocorrências Escolares são movimentos dentro da rede. Ainda é importante mencionar que há diversos meios de comunicação não visíveis no espaço (por exemplo, ligação telefônica, *e-mail*, ofícios etc.) e que, portanto, há vários meios de ligação entre os *nós* dentro do território que estamos chamando de território do policiamento escolar.

Apesar de sabermos que Souza (1995; 2008; 2013) não faz uso de um sistema territorial — como o faz Raffestin — sua discussão de território também ganha importância em nossa pesquisa, sobretudo a dimensão política de sua abordagem. Acerca do território, Souza aponta:

> [...] eu comparei o território a um "campo de força": ele é, obviamente, um aspecto, uma dimensão do

[10] Consultar Dias Silva (2020).

[11] Se tratando de ocorrência de violência na escola, esta aciona o CIOp que em seguida aciona a CIPOE.

> espaço social, e ele depende, de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é. O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral; ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido. [...] (SOUZA, 2008, p. 66).

Embora entendamos que a CIPOE é uma instituição do Estado, sendo ela própria o Estado, queremos ter o devido cuidado de não "coisificarmos" o território, ou seja, não entender essa categoria como um recorte somente ligado ao Estado-Nação ou tomado, efetivamente, como algo palpável/material (uma "coisa"), pois tal discussão já foi superada por uma parte dos geógrafos. Sobre essa "coisificação" do território, Souza (2008, p. 62) destaca que foi dominante "[...] entre os clássicos, a associação exclusiva ou quase exclusiva do termo 'território' a um tipo de recorte específico: aquele definido pelo Estado-nação, ou seja, o 'território pátrio', o 'território nacional'".

Discutiremos, sim, uma territorialidade do Estado, mas cientes de que há muitos outros territórios e agentes territoriais na área em que este estudo se deu. Na produção do território do policiamento escolar, há, enquanto ocorrência, um campo de forças em que há disputas entre os atores envolvidos nessa produção. Podemos citar, como exemplo, a resistência de parte do corpo docente sobre o policiamento em ambiente escolar; inclusive, há professores

e diretores que defendem o policiamento por não militares, ou seja, criticam o policiamento executado pela PM.[12]

A partir das diversas práticas de produção do território efetivadas pela CIPOE — atendimentos de ocorrências nas escolas, construção de planos de segurança escolar, REO etc. — outras são desencadeadas. Na nossa leitura, todas essas são de disciplina dos sujeitos, dos cidadãos e dos corpos com objetivo de produção de um território disciplinar.

A respeito do tema "disciplina", Foucault desenvolveu extensa pesquisa em seus livros e cursos no Collège de France. Acerca daquilo que ele denomina "disciplina", ressaltou que:

> [a] disciplina é essencialmente centrípeta. Quero dizer que a disciplina funciona na medida em que isola um espaço, determina um segmento. A disciplina concentra, centra, encerra. *O primeiro gesto da disciplina é, de fato, circunscrever um espaço no qual seu poder e os mecanismos do seu poder funcionarão plenamente e sem limites* [...] (FOUCAULT, 2008, p. 58–59, itálico nosso).

A disciplina age sobre os corpos e territórios, criando regras e padrões. Segundo Foucault (2008), ela constitui-se de quatro elementos principais: 1) decomposição, 2) classificação, 3) sequenciamento e 4) adestramento progressivo e de controle permanente. A saber, se necessário for, a CIPOE *divide* (decompõe) e *classifica* os alunos e seus atos em diferentes tipologias, como violentos, criminosos, ladrões e traficantes. A companhia *sequencia* as ações de modo coordenado, conectado e hierarquizado, pois, quando chega à escola, cada agente policial tem uma função na

[12] Dias Silva (2020) traz, no bojo de sua pesquisa, esses conflitos e disputas entorno do policiamento escolar.

verificação da "normalidade" do local. No caso das REOs, o comandante fala com a direção e realiza a vistoria da escola; o patrulheiro dá proteção ao comandante e o motorista busca informações com porteiros, ao mesmo tempo em que fica vigiando próximo da viatura. A CIPOE *condiciona* (adestra) os corpos e os comportamentos, permanentemente, a partir de um conjunto de regras e padrões.

Pode-se dizer que a disciplina tem duas dimensões básicas: a vertical (por exemplo, dividir, classificar, sequenciar e adestrar) e a horizontal que, por consequência, é espacial (também territorial). De acordo com Foucault, "[...] o primeiro gesto da disciplina é, de fato, circunscrever um espaço no qual seu poder e os mecanismos do seu poder funcionarão plenamente e sem limites" (2008, p. 59). Um exemplo disso, no espaço de atuação da CIPOE, são as diversas tessituras territoriais que a companhia elabora ou usa, todas com limites bem definidos (AISPs, STs, bairros, escolas etc.). No entanto, não devemos esquecer que a CIPOE não atua sozinha na tarefa de disciplinamento dos sujeitos e na produção de um território disciplinar. A escola[13] é, por excelência, disciplinadora ao instituir um conjunto de normas e regras que define formas de agir, maneiras de andar, padrões de vestimentas e modos de comportamentos, ao passo que proíbe tantos outros. Além dessas atribuições de caráter disciplinar, a escola, em alguma medida, atua como agente propulsor das ações da CIPOE. Em certas circunstâncias, a escola pode acionar, formalmente, a intervenção dessa companhia para "solucionar" determinados problemas disciplinares.

[13] A disciplina promovida pela escola e polícia são de natureza diferentes. A primeira instituição tem disciplinamento de caráter formativo, em alguma medida, emancipatório, ao passo que a segunda tem caráter de disciplinamento repressivo.

Foucault (2008) também estudou o nascimento e a "evolução" da polícia que, segundo ele, atua sobre os corpos por meio da disciplina. Contudo, não podemos utilizar as definições do autor na íntegra, uma vez que sua análise é focada no espaço-tempo europeu do século XIX, com recortes bem restritos a hospitais e prisões. Nesta pesquisa, interessam-nos os aspectos gerais ligados à disciplina acerca da instituição polícia.

Em nossa leitura, as práticas disciplinares da CIPOE são territoriais. Em outras palavras, são territorialidades que produzem territórios de dominação e de disciplina. Esses territórios, em função de suas territorialidades ou práticas disciplinares, são zonais, contíguos. Como nos diz Saquet (2008), é um território "areal".

Na próxima seção, o objetivo é descrever e analisar as práticas da CIPOE para sua atividade/ação/territorialidade denominada REO e, a partir e por meio dela, entender a produção territorial da companhia em ênfase. Por meio dessa atividade, julgamos que seja possível identificar as territorialidades de disciplinas e os interesses do ator em tela quando opta por alguns espaços ou por um substrato espacial material em detrimento de outros. Um exemplo disso é sua atuação, que se dá de determinada maneira no centro da cidade e de outra na periferia.

A CIPOE em cena: ações e estratégias na produção do território do policiamento escolar

Nesta seção, analisaremos os números das REOs efetuadas pela CIPOE via Cartão Programa nos anos de 2015 e 2016. Os dados analisados foram fornecidos pela própria CIPOE, em planilhas que mostram o quantitativo de rondas por escolas durante todos os dias dos anos citados. Embora essas planilhas nos permitam fazer uma

análise por escola, interessa-nos, aqui, o agrupamento das escolas por Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISPs) e a distribuição dessas rondas no território em análise.

Antes, porém, é necessário enfatizar que o policiamento escolar utiliza (e produz) diversos recortes territoriais, como citamos anteriormente, que compõem um dos elementos fundamentais do sistema territorial tal como é definido por Raffestin (1993): as malhas. Tais recortes/malhas são agrupamentos de bairros ou de municípios, são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Recortes/malhas do policiamento escolar em Belém, Ananindeua e Marituba (Pará).

Setor territorial	Batalhão	AISP	Bairros, distritos e cidades
1	2º	1ª	Umarizal, Campina, Reduto, Cidade Velha.
		2ª	Nazaré, São Braz, Canudos e Fátima.
	20º	3ª	Condor, Cremação.
		4ª	Batista Campos, Jurunas.
		5ª	Guamá.
		6ª	Terra Firme e Universitário.
2	1º	7ª	Val-de-Cans, Sacramenta, Telégrafo, Barreiro, Miramar e Maracangalha.
		8ª	Marco, Pedreira e Curió-Utinga.
		9ª	Marambaia, Castanheira, Souza.
3	24º	10ª	Parque Verde, Mangueirão, Cabanagem, Panorama XXI, Coqueiro-Belém, Una.
		11ª	Tapanã, Pratinha e São Clemente.
	10º	12ª	Distrito de Icoaraci: Maracacuera, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Ponta Grossa, Agulha e Paracuri.
		13ª	Icoaraci: Tenoné, Águas Negras e Parque-Guajará.
		14ª	Distrito de Outeiro.
4	6º	17ª[14]	Providência, Jaderlândia, Atalaia, Coqueiro, Guanabara.
		18ª	Cidade Nova, Jiboia Branca, 40 Horas, Icuí-Guajará, Icuí-Laranjeira e Guajará.

[14] As AISPs 17ª à 21ª pertencem à cidade de Ananindeua/PA.

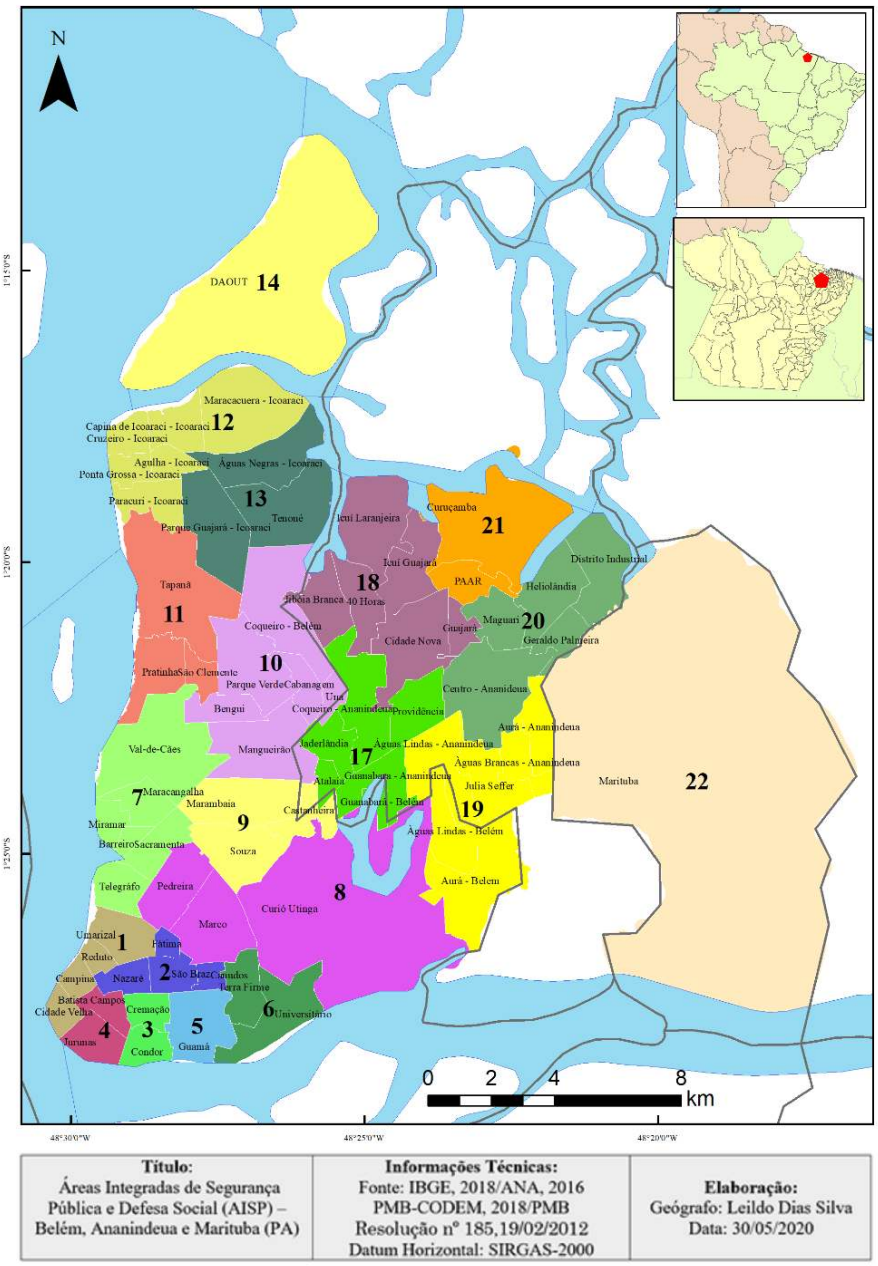
		19ª	Águas Brancas, Aurá, Aurá-Belém, Julia Seffer, Águas Lindas.
		20ª	Centro, Geraldo Palmeira, Heliolândia, Distrito Industrial, Maguari.
	29º	21ª	Paar e Curuçambá.
	21º	22ª	Cidade de Marituba.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Plano de Gestão da CIPOE 2016–2018.

A nossa pesquisa deu centralidade aos recortes territoriais das AISPs, conforme mostra o Mapa 1, a seguir. Essas foram criadas e reguladas pela Resolução nº 185, de 19 de fevereiro de 2012, do estado do Pará. Nos municípios em que a CIPOE atua, são 22 AISPs; todavia, a 15ª e a 16ª correspondem ao Distrito de Mosqueiro, em Belém, as quais não recebem REOs e, por isso, ficaram de fora de nossas análises.

As REOs podem ser pensadas em qualquer uma das escalas territoriais elencadas no Quadro 1. Quem define esse planejamento do policiamento escolar é a CIPOE. Essa instituição pode, se for necessário, mobilizar o policiamento das AISPs e dos BPMs, assim como optar por qualquer um dos referidos recortes/malhas territoriais para elaborar estratégias a concentrar/desconcentrar seu policiamento nas escolas. Por uma questão metodológica/analítica, optamos por fazer as análises das REOs de 2015 e 2016 por AISPs.

Mapa 1: Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISP)[15]



Título:	Informações Técnicas:	Elaboração:
Áreas Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (AISP) – Belém, Ananindeua e Marituba (PA)	Fonte: IBGE, 2018/ANA, 2016 PMB-CODEM, 2018/PMB Resolução nº 185,19/02/2012 Datum Horizontal: SIRGAS-2000	Geógrafo: Leildo Dias Silva Data: 30/05/2020

[15] Agradecemos ao Laboratório de Análises Espaciais Professor Dr. Thomas Peter Hurtienne, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) e ao seu coordenador, geógrafo Me. Wellingtton Fernandes, pelo apoio para a elaboração dos mapas usados neste artigo.

Note que o Estado elabora ordenamentos territoriais, ou seja, cria territórios zonais por meio de legislação específica para delimitar o espaço de ação das forças policiais. Como apontamos em Foucault (2008), a disciplina precisa de áreas bem delimitadas para que se processe de modo planejado e ordenado. O policiamento escolar não foge às estratégias elaboradas pelo Estado (ele é parte delas), sobretudo as de disciplina e, em alguma medida, de controle.

Como parte de uma das práticas de territorialidade disciplinar, as REOs trazem, em seu bojo, todo um sistema de padrões de funcionamento. Elas acontecem nos dias úteis da semana e contam com três viaturas e três motos, por dia, para fazer o "atendimento". Essas operações sempre são compostas por, no mínimo, três policiais. Cada um deles desempenha uma função específica dentro da escola. Temos, nas viaturas, um comandante, um patrulheiro e um motorista.

Quanto às funções desses policiais nas viaturas e nas escolas, destacam-se as seguintes: o comandante da viatura é o encarregado de falar com a direção da escola. A ele compete fazer as observações e preencher o Boletim de Atendimento da Polícia Militar (BAPM), uma espécie de questionário que é preenchido com as informações colhidas na escola. Esse documento é de uso interno da CIPOE e não nos foi permitido ver seus registros. Depois de preenchido o BAPM, se a escola estiver dentro da "normalidade/padrão" — dentro daquilo que o policiamento classifica como tal — e não necessitar de uma atuação mais específica dos policiais no ambiente escolar, a direção assina o BAPM e a polícia se retira da escola. Como aponta Foucault (2004 [1979]), o olhar ou a

impressão de que estamos sendo vigiados já se configura disciplina[16], o que torna a ronda escolar e a simples presença da PM um poderoso mecanismo simbólico e concreto de disciplinamento social.

Além do comandante da viatura, há o patrulheiro, que tem a função de fazer a segurança do comandante, dando-lhe cobertura dentro da escola. Às vezes, os policiais fazem uma vistoria no ambiente escolar e, havendo situações que sejam classificadas como "vulnerabilidades", eles as identificam e apresentam à direção da escola. Há também o motorista que fica sempre em um local na escola que esteja mais próximo da viatura, sem perdê-la de vista. Esse ainda tem a função de conversar com o vigilante (porteiro) da escola para colher informações sobre as movimentações que acontecem em frente à instituição, a exemplo do uso de drogas, assaltos ou brigas. O motorista ainda pode conversar com os vendedores ambulantes que trabalham próximo à escola, pois, para a polícia, esses podem ter informações valiosas sobre os problemas que acontecem na instituição e em seu entorno.

Essas ações podem ser entendidas, também, como uma estratégia executada pelas REOs para ampliar a exequibilidade de suas metas. Ou seja, consultar os vigilantes, porteiros e/ou vendedores ambulantes pode ampliar o raio de ação no mapeamento das práticas de criminalidade, além de estabelecer relações de "parcerias e confiabilidade" com esses atores/sujeitos, à medida que creditam aos seus relatos o estatuto de confiança capaz de fornecer informações necessárias ao "combate à criminalidade". Essa estratégia pode, também, construir uma extensão dos "olhos de vigilância" da CIPOE, à medida que esses sujeitos estão,

[16] Essa ideia se aproxima das reflexões promovidas por Foucault acerca do *panopticon.* A respeito disso, consultar Foucault (2004 [1979], p. 210).

cotidianamente, no espaço escolar ou no seu entorno e, assim, podem fornecer registros valiosos. Essas ações incidem, em alguma medida, no disciplinamento dos comportamentos e corpos desses sujeitos, que passam a exercer, simbolicamente, a função de "vigias permanentes" da CIPOE.

Enfatizamos que os dados das REOs são gerados pela e para a CIPOE, sem que haja um controle de agentes externos. Eles são produzidos para o uso apenas da companhia e, inclusive, não estão disponíveis à sociedade em plataformas virtuais ou em arquivos materiais. Outra dificuldade para a análise diz respeito à ausência de uma série histórica desses dados que nos possibilitariam realizar um estudo mais denso sobre a atuação da CIPOE.

Com exceção dos dados dos anos de 2015, 2016 e 2017, não se têm dados sistematizados. Os de 2017 não nos foi fornecido, embora tenhamos recebido a "promessa" de que seriam disponibilizados. Enfim, há diversos complicadores, mas não se pode negar que esses dados ajudam e apontam para realidades importantes quanto à atuação e à produção do território pela CIPOE.

É importante dizer, também, que as escolas que recebem as REOs em um determinado dia, são listadas em um cartão (uma relação de nomes de escolas) denominado, pela CIPOE, Cartão Programa. Isso se constitui em uma espécie de "cartografia" na qual se identifica cada um dos espaços a ser vistoriado pelas REOs, com a devida localização espacial. Não se trata apenas de uma lista de nomes e endereços. Cada escola ali constante é fruto de um conjunto de ações e projetos políticos pensados pelos gestores públicos na execução da política de segurança, seguindo condições/critérios de visibilidade, mancha criminal e concentração de ocorrências escolares. Essas rondas são rotineiras, e não necessitam de uma

ocorrência de violência/criminalidade para que aconteçam. Em outras palavras, as REOs não dependem da vontade da escola; inclusive, a direção da escola não sabe o dia e horário que a polícia chegará. O controle sobre tais rondas é todo da polícia. A continuidade das ações da CIPOE, no tempo, e sua distribuição, no espaço, são mecanismos fundamentais para o disciplinamento social e para produção da territorialidade estatal.

É oportuno ressaltar que, a partir das rondas escolares, muitas outras práticas ou procedimentos são desencadeados no ambiente escolar. Em outros termos, isso é parte da territorialidade da CIPOE. Por essa chave de leitura, podemos nos aproximar das reflexões de Saquet (2013, p. 129), quando apontam que a "[...] territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas". Ou seja, são as práticas e as relações sociais cotidianas e, por meio delas, pode-se "[...] identificar as de dominação de indivíduos e objetos". No caso da CIPOE, as relações são de dominação e, por consequência, os territórios também.

Tomando como suporte as teorizações de Souza (2008, p. 66) acerca do território, as REOs são ações/movimentos, e é isso que constrói o território: "[...] não se exerce o poder sem contato [ação] com e referência à materialidade em geral.". Entendemos, então, as rondas escolares como contato/ação do ator (a CIPOE), com a materialidade do campo de sua atuação. Por isso, vimos a necessidade de analisar tais rondas. Essas análises foram feitas comparando as rondas escolares com o número de escolas por cada AISPs, nos anos de 2015 e 2016, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Relação entre a Quantidade de Escolas e REOs em 2015-2016 por AISP

Relação entre Escolas e Rondas Escolares Ordinárias, em 2015 e 2016, por AISP						
	2015				2016	
AISP	N. Escolas	%	Rondas Escolares	%	Rondas Escolares	%
1ª	13	4,1	249	3,3	749	5,6
2ª	14	4,4	390	5,2	1173	8,7
3ª	9	2,9	194	2,6	500	3,7
4ª	15	4,8	242	3,2	593	4,4
5ª	18	5,7	628	8,3	798	5,9
6ª	6	1,9	218	2,9	373	2,8
7ª	26	8,3	304	4	637	4,7
8ª	18	5,7	450	6	682	5,1
9ª	22	7	264	3,5	455	3,4
10ª	29	9,2	655	8,7	1049	7,8
11ª	17	5,4	207	2,8	452	3,4
12ª	27	8,6	907	12	1415	10,5
13ª	3	0,9	125	1,7	125	0,9
14ª	8	2,5	301	4	549	4,1
17ª	35	11,1	846	11,2	1576	11,7
18ª	11	3,5	271	3,6	550	4,1
19ª	14	4,4	321	4,3	605	4,5
20ª	15	4,8	623	8,3	647	4,8
21ª	11	3,5	329	4,4	535	3,9
22ª	4	1,3	0	0	0	0
Total	315	100	7.524	100	13463	100

Fonte: Elaborada pelos autores com base nas Planilhas de Escolas Rondadas do Cartão Programa de 2015 e 2016, CIPOE.

A Tabela 1 mostra que a quantidade de rondas aumentou de 7.524, em 2015, para 13.463, em 2016. Um aumento significativo, de quase o dobro. Em outros termos, o Estado está intensificando as REOs nas escolas da Grande Belém, como estratégia de disciplina e, em alguma medida, de controle. Acerca desse crescimento, a Tenente 1 (que planejava as ações da companhia) nos diz:

> Mas eu sei que anterior a 2016 a gente tinha um atendimento grande, razoavelmente grande, que era uma quantidade grande de atendimento de boletins de atendimento [BAPM], que é que a gente chama tanto as rondas escolares como também as

> ocorrências. Mas isso se dava também pelo fato de a gente ter uma quantidade maior de efetivos na rua, de efetivos, equipamentos, de viaturas tinha tudo em maior quantidade. Hoje a gente tem, pelo que eu estou vendo, uma redução de efetivos e mesmo assim um atendimento grande de ocorrências. Por quê? Porque a proximidade está cada vez maior, tanto da CIPOE com a SEDUC, quanto da CIPOE com a comunidade escolar, com as escolas (TENENTE 1 – CIPOE, 2019).

A primeira questão que devemos apontar sobre a explicação fornecida pela Tenente 1 é que o Estado vem ampliando suas ações de policiamento escolar. De acordo com o relato, a redução e as limitações de materiais não significaram a diminuição do trabalho da CIPOE. Pelo contrário. Houve um avanço por parte do Estado no que tange à sua atuação em um espaço em que a PM é/era negada, principalmente, pelo corpo docente das escolas.[17] Portanto, o sucesso do programa não se deu, necessariamente, pelas condições materiais e de pessoal da CIPOE e, provavelmente, nem na necessidade da redução efetiva da criminalidade nas escolas[18]. Em defesa da companhia que representa, a tenente fez questão de frisar que, mesmo existindo uma diminuição das condições materiais, houve um crescimento de atuação. Esse ocorreu graças à capacidade da CIPOE em estabelecer vínculos e parcerias com a comunidade escolar. Ou seja, para a agente, a CIPOE é necessária e eficiente, e é capaz de executar suas funções mesmo diante de condições adversas. Para sustentar seu argumento, a tenente faz uso dos vínculos de

[17] Dias Silva (2020) em pesquisa apontou os conflitos no ambiente escolar entre policiamento e a comunidade escolar.

[18] Entre os anos de 2012 a 2016 a CIPOE fez 2.481 registros de ocorrências de criminalidade nas escolas, foram: em 2012, 649; 2013, 436; 2014, 304; 2015, 486; 2016, 606. Note-se que não houve redução acentuada desses registros entre os anos citados, logo, poder-se-ia inferir que a CIPOE não é eficiente. Contudo, cabe dizer que o policiamento escolar é fruto do discurso que a criminalidade invadiu a escola.

proximidades criados entre a sua companhia e a escola e/ou a SEDUC.

A segunda questão a ser observada diz respeito ao Estado com o atual governo (2019 a 2022), que tem planos e políticas que destacam a segurança pública, sobretudo, por meio do aumento de efetivo de agentes policiais. Até o final do período do atual governo, está prevista a efetivação de 7 mil novos agentes. Com isso, o policiamento escolar deve ter mais policiais e, portanto, deve-se ter intensificação da disciplina do Estado nas escolas.

Na Tabela 1, analisamos as AISPs que concentraram ou desconcentraram rondas. Se uma AISP tem número percentual de rondas bem acima do número percentual de escolas, dizemos, então, que ela concentrou rondas. Quando essa relação for inversa, dizemos que houve uma desconcentração de rondas. A escolha de ler os dados dessa maneira se deu em função de entendermos que a opção da CIPOE de concentrar ou desconcentrar as rondas em um determinado lugar não é ingênua, mas guiada por um projeto. Ressaltamos que Souza (2008) aponta que o substrato espacial material também influencia a construção do território. Por essa linha de raciocínio, a CIPOE, como ator responsável pelo programa, faz suas opções de execução de tal programa, associando-o a espaços e objetivos específicos. Pode-se inferir, ainda, que as REOs seguem condições/critérios a sua concentração ou desconcentração: a) mancha criminal (da própria CIPOE), b) registros de concentração de ocorrências nas escolas e c) visibilidade do policiamento escolar.

Ainda sobre a escolha, é importante demarcar que a CIPOE tem como razão de sua criação e como objetivo de atuação o policiamento nas/das escolas; daí a relevância de analisar as AISPs que concentram mais rondas. Por esse ângulo de percepção,

concentrar rondas significa dizer que as escolas de uma determinada área receberam com mais frequência a "visita" da polícia. Por conseguinte, essas escolas, seus alunos e o território estão submetidos com mais frequência às práticas de disciplina executadas pelo Estado.

Sendo assim, voltamos a nossa atenção à Tabela 1. Ela nos auxilia a visualizar em quais territórios se concentram as REOs, uma vez que essas não são homogêneas em termos de espacialização/concentração no território. Em 2015, as AISPs que receberam mais rondas escolares, do total de 7.524, distribuídas em um universo de 315 escolas, foram as seguintes:

1) 20ª (Centro, Geraldo Palmeira, Heliolândia, Distrito Industrial, Maguari, em Ananindeua), que teve 623 (8,3%) rondas e 15 (4,8%) escolas; a diferença entre o número de rondas e de escolas é de 3,5%;
2) 12ª (Distrito de Icoaraci: Maracacuera, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Agulha, Ponta Grossa e Paracuri) que teve 907 (12%) rondas e possui 27 (8,6%) escolas; a diferença entre o número de rondas e de escolas é de 3,4%;
3) 5ª (Guamá) que apresentou 628 (8,3%) rondas e tem 18 (5,7%) escolas; a diferença entre o número de rondas e de escolas é de 2,6%.

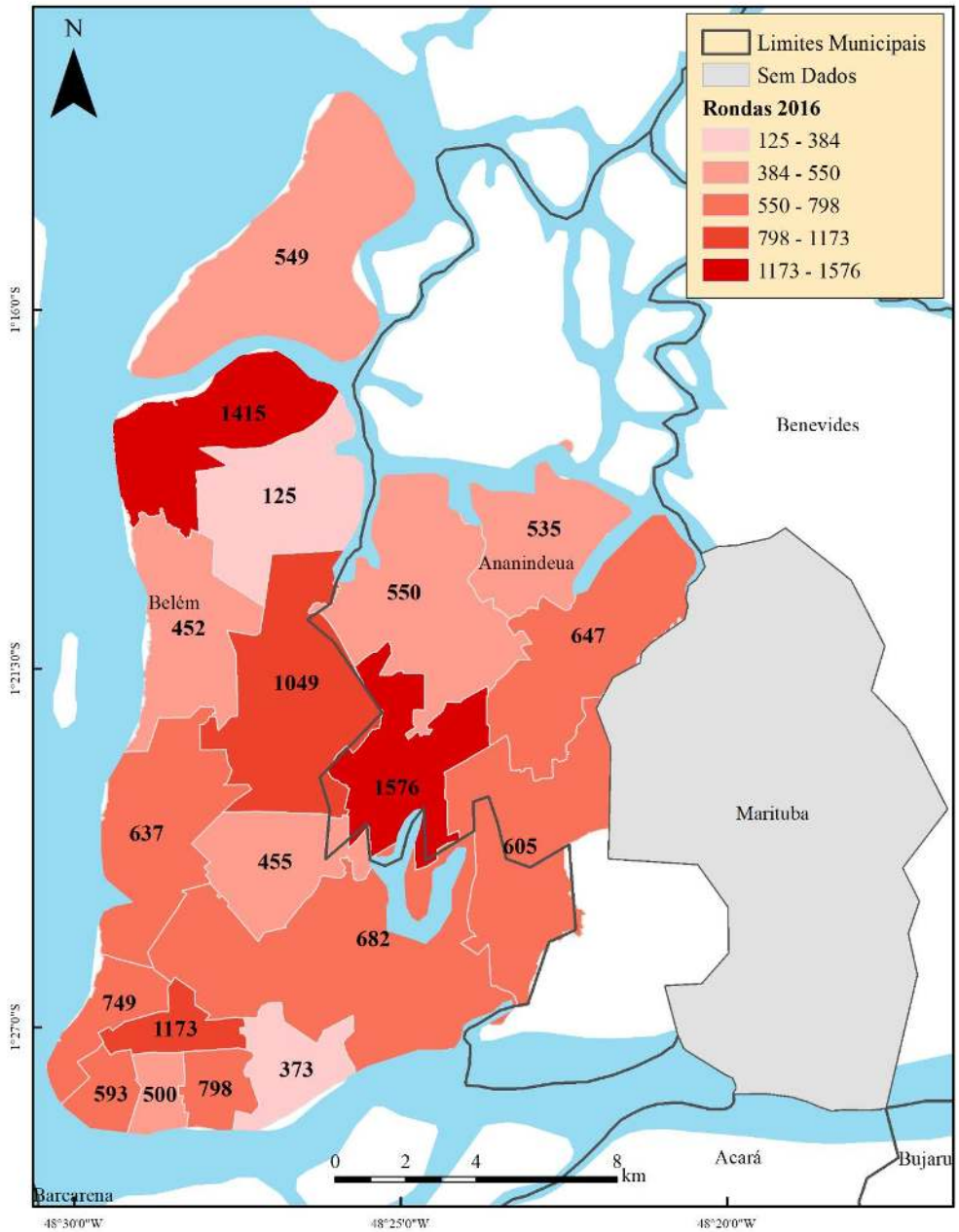
Seguindo a mesma lógica, no ano de 2016, as AISPs que mais concentraram rondas, do total de 13.463, em um universo de 315 escolas, foram as seguintes:

1) 2ª (Nazaré, São Braz, Canudos e Fátima) apresentou 1.173 (8,7%) rondas e tem 14 (4,4%) escolas; a diferença percentual é de 4,3% entre o número de escolas e o número de rondas;
2) 12ª (Distrito de Icoaraci: Maracacuera, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Agulha, Ponta Grossa e Paracuri) teve 1.415 (10,5%) rondas e possui 27 (8,6%) escolas; a diferença entre o número de rondas e de escolas é de 1,9%;
3) 1ª (Umarizal, Campina, Reduto, Cidade Velha) que apresentou 749 (5,6%) rondas e tem 13 (4,1) escolas; a diferença entre o número de rondas e de escolas é de 1,5%.[19]

As AISPs que menos concentraram rondas, em 2015 e 2016, são as mesmas: 1) a 7ª (Val-de-Cans, Sacramenta, Telégrafo, Barreiro, Miramar e Maracangalha) que tem, em seu território, 26 (8,3%) escolas e apresentou, em 2015, 304 (4%) rondas e, em 2016, 637 (4,7%). A diferença entre o número de escolas e rondas é de 4,3 e 3,6%, respectivamente; 2) 9.ª (Marambaia, Castanheira e Souza) tem 22 (7%) escolas e apresentou, em 2015, 264 (3,5%) rondas e, em 2016, 455 (3,4%). A diferença entres essas duas variáveis é de 3,5 e 3,4%, respectivamente. Os Mapas 2 e 3, ambos a seguir, nos ajudam a espacializar as REOs e localizar os bairros tratados acima.

[19] A 14ª AISP teve diferença percentual entre número de rondas e escolas de 1,6%. Contudo, a quantidade de escolas (das 315 que recebem rondas) nessa AISP é pouco significativa: apenas oito.

Mapa 2: Quantitativo de Rondas Escolares Ordinárias por Área Integrada de Segurança Pública e Defesa Social (AISP), em 2016.



Título:	Informações Técnicas:	Elaboração:
Quantitativo de Rondas Escolares Ordinárias por Área Integrada de Segurança Pública e Defesa Social (AISP), em 2016	Fonte: IBGE, 2018/ANA, 2016 PMB-CODEM, 2018/PMB CIPOE/PM/PA Datum Horizontal: SIRGAS-2000	Geógrafo: Leildo Dias Silva Data: 30/05/2020

Mapa 3: Bairros que compõem a área de estudo – Belém, Ananindeua e Marituba.



Título: Bairros que compõem a área de estudo – Belém, Ananindeua e Marituba (PA)	**Informações Técnicas** Fonte: IBGE, 2018/ANA, 2016 PMB-CODEM, 2018/PMB Datum Horiz.: SIRGAS-2000	**Elaboração** Geógrafo: Leildo Dias Silva Data: 30/05/2020

Outra leitura possível — e que nos mostra um cenário próximo do descrito anteriormente sobre a concentração de rondas — é a quantidade absoluta de REOs nas AISPs, independentemente do número de escolas que essas áreas possuem. Em outras palavras, estamos interessados, agora, somente na quantidade de rondas. Há poucas variações das AISPs que encabeçam as listas dos anos de 2015 e 2016; por isso, vamos elencar somente os dados do ano de 2016 (Mapas 2 e 3). As AISPs que apresentaram as quantidades de rondas mais altas foram as seguintes:

1) a 17ª (Coqueiro, Providência, Jaderlândia, Atalaia e Guanabara, em Ananindeua), teve 1.576 (11,7%) rondas;
2) a 12ª (Maracacuera, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Agulha, Ponta Grossa e Paracuri), apresentou 1.415 (10,5%) rondas;
3) a 2ª (Nazaré, São Braz, Canudos e Fátima) com 1.173 (8,7%) rondas;
4) a 10ª (Parque Verde, Mangueirão, Cabanagem, Panorama XXI, Coqueiro-Belém, Una) apresentou 1.049 (7,8%) rondas.

Os mapas 2 e 3 foram elaborados com o objetivo de contribuir para o entendimento da análise acerca da espacialização das REOs. O Mapa 2 trata da espacialização dessas rondas em 2016 e o Mapa 3 nos ajuda a localizar os bairros das cidades aqui em ênfase. Tais mapas (além do Mapa 1) mostram as malhas territoriais onde a CIPOE circunscreve o seu poder por meio de relações sociais. Essas relações conectam os pontos dentro dos limites da malha por meio

das REOs e de outras práticas para formar a sua rede, a rede do policiamento escolar.

Voltando-nos para as análises das REOs, queremos dizer que o espaço da cidade não é homogêneo. Ele é, no mínimo, divido entre centro e periferias. E é nessa lógica centro-periferia que a concentração de rondas se dá. Para cada um desses espaços, uma ronda diferente. Nos bairros centrais de Belém, o objetivo da CIPOE é ser vista (visibilidade), pois o centro precisa se mostrar "seguro" e policiado e aqui as rondas podem ser, em algum grau, "preventivas". É por isso que bairros com poucas escolas e com índices de criminalidade menor do que outros bairros periféricos possuem alta concentração de rondas escolares. São exemplos disso: Nazaré, Umarizal, Campina e Batista Campos (veja Mapa 3).

O fato de haver grande concentração do policiamento escolar nesses bairros centrais pode estar diretamente ligado ao quinto objetivo estratégico do Plano de Gestão CIPOE/2016–2018, o qual diz que as forças públicas estaduais precisam ser vistas ostensivamente para fortalecer a sensação de segurança. Logo, as melhores áreas para tais ações são aquelas que recebem maiores fluxos de pessoas, de modo a aumentar a possibilidade de maior visibilidade das ações da CIPOE: ou seja, as áreas centrais. Sobre isso, e com base nas reflexões de Raffestin (1993; 2008; 2012), pode-se dizer que a produção do território pela CIPOE, com recorte às rondas escolares, segue planos, estratégias e objetivos. Em outros termos, essas rondas são parte do programa do ator, com ênfase na produção do território do policiamento escolar.

Por outro lado, temos as rondas nas periferias que, de acordo com o que os dados sugerem, são guiadas pela mancha criminal da CIPOE. As AISPs 10ª, 12ª e 17ª, que, em 2016, somam juntas mais

de 4 mil rondas escolares, possuem enormes periferias que carecem de serviços básicos de saneamento, saúde, educação e lazer. Essas periferias são, predominantemente, compostas por população pobre, parda e negra. Paracuri, Bengui, Cabanagem, Jaderlândia, Guanabara são apenas alguns exemplos dessa realidade. Nesses espaços, as rondas escolares têm caráter repressivo e violento, e seu objetivo é disciplinar os corpos desses sujeitos sob a batuta de que são "perigosos". Assim, a violência disfarçada de disciplina se justifica aos olhos dos que classificam tais corpos como "perigosos".

Por essa chave de interpretação — centro-periferia — aproximamo-nos das reflexões elaboradas por Souza (2008), que apontam que a produção do território depende, em grande medida, do substrato espacial material. Tanto no centro como na periferia, a CIPOE não foge de seu objetivo: manter a "ordem social", e manter essa ordem significa reprimir e disciplinar uma classe enquanto "protege" outra. Lembremos que as escolas públicas, foco de atuação da companhia, são destinadas, quase que em sua plenitude, aos filhos de trabalhadores e periféricos.

Ainda a respeito do policiamento nas periferias, Dias Silva (2020) mostra, em mapas, que as escolas de ensino médio (as quais são de responsabilidade do governo estadual), geralmente, estão localizadas nos bairros mais centrais das AISPs das periferias da Grande Belém, e são nelas que os jovens/adolescentes estudam. São para esses sujeitos e corpos que a polícia direciona suas ações; são esses territórios, portanto, que precisam de disciplina. Isso, como nossos dados mostraram, revelam as intenções do ator territorial CIPOE. Como apontou Raffestin (2008), é desvendando as práticas territoriais dos atores que se consegue entender seu território e seu programa.

Ainda sobre a influência do substrato espacial material (neste caso, centro-periferia), destacamos que as AISPs que menos concentraram rondas escolares em 2015 e 2016 (a 7ª e a 9ª) apresentam, em sua maioria, um conjunto de bairros que podemos dizer que são intermediários entre o centro e a periferia: Souza, Castanheira, Marambaia, Telégrafo e Val-de-Cans, portanto, não seriam interessantes diante dos critérios para a concentração de rondas escolares, visibilidade e mancha criminal, pois não se enquadram em nenhum dos dois.

As REOs se configuram entre as principais estratégias que a CIPOE — enquanto um ator capaz de implementar um programa — usa para produzir um território disciplinar. Nessas rondas, a disciplina não acontece, necessariamente, pela repressão física. Ela pode ocorrer, também, "pelo ato de se fazer presente", ou seja, pela presença da companhia, uma vez que essa instituição/ator (CIPOE/polícia) é capaz de intimidar pela possibilidade de uso legítimo da força, do qual pode lançar mão para manter a ordem social ou a suposta "segurança" da comunidade escolar (ou, pelo menos, de parte dela). O sucesso da disciplina se efetiva quando não é necessário o uso da força física ou da violência explícita pela polícia. As reflexões promovidas por Foucault (2004 [1979]; 2008) nos ajudam a pensar nesse sentido, uma vez que o não uso da força física pode significar que as normas, as regras — e, portanto, o adestramento dos corpos e a produção de território disciplinar — estão funcionando e que o Estado teve êxito no disciplinamento.

As rondas escolares, nas suas diversas intensidades, formas de apresentação e frequências, indicam ações da CIPOE e, logo, do Estado. E, se há ações, não existem dúvidas de que há produção territorial sobre o espaço de atuação dessa companhia. Souza (2008),

ao desenvolver suas reflexões quanto à produção do território, afirma que as ações, ou seja, a sua projeção, em um dado espaço e por um dado ator, é fundamental à produção do território. Nessa perspectiva, se não existissem as ações, não haveria conflitos/disputas e nem campo de força, logo, não haveria territórios. Com isso, cabe-nos dizer que as territorialidades (aqui podemos citar as rondas escolares) são construídas/ativadas pelas ações, as quais são e estão dentro de um processo e, portanto, são dinâmicas e passíveis de mudanças.

Conclusões

Mediante a teoria que nos deu suporte à pesquisa, com destaque a Raffestin (1993; 2008; 2012), pode-se afirmar que a CIPOE se apresenta como um ator sintagmático que mobiliza os elementos/variáveis do modelo territorial do citado autor. Em outros termos, a companhia se constitui como o principal ator que desenvolve um trabalho sobre um espaço. Esse trabalho é embasado em um programa (Plano de Gestão CIPOE 2016–2016) e mediado por relações de poder entre os diversos atores da comunidade escolar. E todas essas relações acontecem no ambiente escolar (ambiente social) ou em ambientes relacionados a ele. O resultado de tais relações, que envolvem esses elementos/variáveis, desdobra-se na produção de um território de disciplina, produzido por diferentes ações, entre elas as práticas de vigilância, segurança e disciplina produzidas pela companhia em tela. Dentre as práticas ou atividades desenvolvidas pela CIPOE, tem-se as REOs, que podem ser classificadas em territorialidades de dominação. Logo, tem-se a construção de um território com características marcadas pela dominação: o território do policiamento escolar. Tal território possui, como estrutura, um

sistema territorial formado por malhas (AISPs), nós (centros de comando da PM) e redes (CIPOE, escolas/SEDUC etc.).

As REOs — que são "visitas" da polícia às escolas — a nosso ver, são maneiras de disciplinar os sujeitos, cidadãos e corpos, e construir seu próprio território. Por meio dessas rondas, a CIPOE (ou seja, o Estado) se faz presente nas escolas para aplicar práticas de disciplinamentos que julga necessários. A polícia, por utilizar essas práticas, vai classificar em diferentes tipologias o que é permitido e o que é proibido. Uma vez sendo o comportamento dos estudantes categorizado como proibido, esses poderão sofrer diferentes sanções punitivas de caráter disciplinar. Eles podem ser retirados de sala, revistados e, se for o caso, levados à delegacia (se maiores de 18 anos de idade) ou à Divisão de Atendimento ao Adolescente (se ainda não completaram a maioridade). Ainda dentro da seara da disciplina, os policiais das rondas podem passar instruções de estratégias de vigilância à direção e aos inspetores, a serem praticadas no ambiente escolar.

Conclui-se, também, que as rondas escolares levam em consideração o substrato espacial material da Grande Belém, dividindo-a em centro-periferia. Para cada um desses espaços, têm-se critérios diferenciados para as rondas. Para o centro, busca-se a visibilidade da política de segurança pública, ao passo que, para as periferias, busca-se a repressão. Nesse caso, o critério de concentração das rondas é a mancha criminal. Por conseguinte, cabe concluir que, assim como os critérios, as rondas escolares também são diferenciadas para cada um desses espaços.

Salientamos que, embora as instituições escola e polícia atuem por meio da disciplina, não se pode aproximar a maneira com que cada uma delas a exerce. A escola tem por objetivo o

disciplinamento dos sujeitos para o exercício de seus direitos e, em alguma medida, para o trabalho em sociedade. Já a polícia, que tem a permissão do uso da força física, disciplina por meio da violência, da qual o Estado tem o monopólio para manter o seu próprio *status quo*. Dito de outra maneira, a disciplina da escola, salvo exceções, tem caráter de mudança e justiça social, ao passo que a exercida pela polícia busca manter os privilégios e o funcionamento das engrenagens de uma sociedade desigual. Dessa maneira, o avanço do disciplinamento policial implica o recuo das possibilidades das ações formadoras das escolas.

A presença da polícia na escola, espaço onde ela era/é negada, nada mais é do que um aperfeiçoamento dos mecanismos disciplinares e de controle do Estado e da sociedade brasileira. O policiamento escolar analisado nesta pesquisa faz parte das diferentes maneiras pelas quais a militarização da sociedade brasileira se faz presente. A saber, o policiamento escolar é apenas uma das faces da militarização da vida urbana. A esse respeito, podemos citar diversos exemplos: no Pará, têm-se comunidades e bairros periféricos "ocupados" por agentes policiais no programa de governo nomeado de "Territórios pela Paz"; no Rio de Janeiro, tem-se a ocupação das comunidades pelas Unidades de Polícias Pacificadoras e, em 2018, esse mesmo estado recebeu intervenção militar. Essas ações e práticas corroboram com a construção de discursos cada vez mais presentes em defesa da presença dos agentes militares nos mais variados espaços públicos.

Faz-se importante dizer que o policiamento escolar e sua produção territorial requerem estudos mais aprofundados. Portanto, seria interessante que, em trabalhos futuros, fossem investigadas outras atividades/práticas/territorialidades da CIPOE que também

são de grande relevância à sociedade, como os atendimentos de ocorrências no meio escolar, a construção e a efetividade dos planos de segurança escolar e, ainda, as estratégias e os programas contidos nos planos da CIPOE.

Referências bibliográficas

DIAS SILVA, L. *As geografias do policiamento escolar*: análise do policiamento nas escolas de Belém, Ananindeua e Marituba, Pará (2012 a 2019), 2020. 166 p. Orientador Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004 [1979].

_____. *Segurança, território e população*: curso dado no College de France (1977–1978. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção tópicos).

PARÁ. *Decreto nº 1.625*, de 18 de outubro de 2016. Regulamenta a Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 93, de 15 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.faspm.pa.gov.br/sites/default/files/regulamento_da_lei_compl_053_06_lob.pdf>. Acesso em 24 dez. 2019.

_____. *Resolução nº 185*, de 19 de fevereiro de 2012. CONSEP Aprova a delimitação circunscricional das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP, no Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/302>. Acesso em 12 out. 2019.

_____. *Plano de Gestão CIPOE 2016-2018*. CIPOE/PM: Belém, Pará, 2016.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. (orgs.) – 1ª ed. – São

Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

_____. Espaço, território e territorialidade. *Environment and Planning D*: Society and Space, v. 30, p. 121– 41, 2012. Doi: doi:10.1068/d21311.

_____. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre território*. 3ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2013. 192 p.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. (orgs.) – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

_____. Proposições para estudos territoriais. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 15, p. 71–85, 2006.

SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. (orgs.) – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular : Unesp. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.): *Geografia*: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. v. 1. 319 p.

Submetido em: 25 de abril de 2020.

Devolvido para revisão em: 28 de maio de 2020.

Aprovado em: 03 de junho de 2020.

Como citar este artigo:

SILVA, Leildo Dias; SOUZA, Aldo Luiz Fernandes. Produção de um território disciplinar: o policiamento escolar da CIPOE. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 845-885, jan.-jun./2020.